veniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento de Carlos Alba Peinado, com a categoria de equiparado a professor-adjunto em regime de tempo integral para a Escola Superior de Artes e Design do Instituto Politécnico de Leiria, no período compreendido entre 1 de Outubro de 2007 e 30 de Setembro de 2009.

26 de Outubro de 2007. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 26 127/2007

Por despacho de 28 de Setembro de 2007 do presidente em exercício do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento de Ana Cristina Pascoalinho Carrasco, com a categoria de equiparada a professor-adjunto em regime de tempo integral para a Escola Superior de Artes e Design do Instituto Politécnico de Leiria, no período compreendido entre 1 de Outubro de 2007 e 30 de Setembro de 2008.

26 de Outubro de 2007. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 26 128/2007

Por despacho de 28 de Setembro de 2007 do presidente em exercício do Instituto Politécnico de Leiria, foi autorizada, por urgente conveniência de serviço, a renovação do contrato administrativo de provimento de Tiago Nuno Azevedo Borges Silva, com a categoria de equiparado a assistente (1.º triénio) em regime de tempo integral para a Escola Superior de Artes e Design do Instituto Politécnico de Leiria, no período compreendido entre 1 de Outubro de 2007 e 30 de Setembro de 2008.

26 de Outubro de 2007. — O Presidente, *Luciano Rodrigues de Almeida*.

Escola Superior de Tecnologia e Gestão

Despacho (extracto) n.º 26 129/2007

Por despachos de 27 de Julho e de 7 de Dezembro de 2006, respectivamente, do presidente, em exercício, do Instituto Politécnico de Leiria e do vice-reitor da Universidade de Coimbra, foi autorizado o exercício de funções docentes de Sérgio Paulo da Conceição Vicente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria, em regime de acumulação, três horas, com o vencimento de 20 % de equiparado a assistente do 1.º triénio, no período de 8 de Dezembro de 2006 a 28 de Fevereiro de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Outubro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Fernando Couceiro de Sousa Neves*.

Despacho (extracto) n.º 26 130/2007

Por despacho de 28 de Julho de 2006 do vice-presidente, no uso de competência delegada, foi autorizada a contratação para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria de Rafael Ferreira Silva Caldeirinha como equiparado a professor-coordenador, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006 e até 31 de Julho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Outubro de 2007. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos Fernando Couceiro de Sousa Neves*.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA

Escola Superior de Dança

Despacho n.º 26 131/2007

Considerando a faculdade conferida ao conselho directivo pelo n.º 3 do artigo 18.º dos Estatutos da Escola Superior de Dança, aprovados pelo despacho n.º 52/94-IPL, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo:

1 — O conselho directivo da Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa delega a competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para realização de despesas com locação e aquisição de bens ou serviços no seu vice-presidente Luís Filipe Carraça da Silva até ao montante de € 500 e no seu presidente Fernando Jorge Palácios Perez Crespo em montante superior a € 500.

2 — Considera, ainda, ratificados todos os actos anteriormente praticados.

29 de Outubro de 2007. — O Conselho Directivo: *Fernando Jorge Palácios Perez Crespo — Luís Filipe Carraça da Silva — Cristina Maria Pereira de Almeida Graça — Nuno Ricardo Reis de Almeida — Amália da Rocha Rodrigues Gomes*.

Escola Superior de Educação

Regulamento n.º 312/2007

Regulamento do Curso de Mestrado em Educação Especial

Artigo 1.º

Natureza e âmbito

1 — O Instituto Politécnico de Lisboa, através da Escola Superior de Educação de Lisboa, confere o grau de mestre em Ciências da Educação — Educação Especial.

2 — As disposições contidas neste Regulamento destinam-se ao curso de mestrado em Educação Especial, conducente à obtenção do grau de mestre em Educação Especial.

Artigo 2.º

Concessão do grau de mestre

1 — A concessão do grau de mestre é feita mediante a frequência e aprovação nas unidades curriculares que integram o plano de estudo de curso e a elaboração de um projecto ou de uma dissertação, a respectiva discussão pública e obtenção nesta do resultado final de *Aprovado*.

2 — O grau de mestre é certificado por um diploma.

Artigo 3.º

Organização e estrutura curricular

1 — O curso estrutura-se em unidades de crédito, num total de 120 ECTS.

2 — A organização do curso permite a opção entre uma via profissionalizante (com elaboração de um projecto e de prática pedagógica) e uma via académica (com elaboração de uma dissertação), conforme consta do diploma de criação do curso e do plano de estudos aprovado.

3 — O curso contempla unidades curriculares gerais e unidades específicas de cada ramo de especialização:

- a) Problemas de Cognição e Multi-Deficiência;
- b) Surdez e Problemas de Linguagem;
- c) Problemas na Aprendizagem e no Comportamento.

Artigo 4.º

Duração do curso

O curso tem a duração de quatro semestres lectivos, abrangendo a parte curricular, bem como a preparação e a apresentação da dissertação, prevista na via académica, ou do projecto previsto na via profissionalizante.

Artigo 5.º

Condições de acesso

1 — São admitidos como candidatos à inscrição no curso de mestrado em Educação Especial docentes de qualquer nível de ensino, titulares de um grau de licenciatura ou equivalente, com classificação mínima de 14 valores.

2 — Podem ser disponibilizadas vagas especiais para os docentes que possuam já um curso de especialização em Educação Especial, cuja especialização tenha sido concluída em instituição do ensino superior após a obtenção do grau de licenciatura.

3 — Excepcionalmente, em casos devidamente justificados, podem ser admitidos candidatos com classificação inferior a 14 valores cujos currículos demonstrem uma experiência consolidada no domínio da Educação Especial.

Artigo 6.º

Processo de fixação do número de vagas

1 — A inscrição no curso está sujeita a limitações quantitativas, a fixar anualmente por despacho do presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, sob proposta do conselho científico da Escola Superior de Educação de Lisboa.

2 — O despacho a que se refere o n.º 1 estabelece ainda:

- a) O número mínimo de inscrições indispensável ao funcionamento do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre;
- b) A especificação dos ramos de especialização (opções) previstas no plano de estudos do curso.